Nos Domínios Portugueses

Mecanismos de estruturação e manutenção do mercado mular platino (1750-1800)

APRESENTAÇÃO

Em fins da década de 1760, Inácio Osório Vieira tornava-se provedor da Fazenda do Rio Grande de São Pedro. Ao longo de seus vinte e cinco anos neste posto, Vieira testemunhou inúmeros casos de atividades ditas ilegais e contravenções de toda ordem. Muitos desses casos foram narrados nas várias cartas que escreveu aos seus superiores, ao vice-rei, no Rio de Janeiro, e ao governador do Rio Grande. Em um decreto, que baixou em 6 de outubro de 1788, Vieira advertia:

... porquanto a falta de observância das

ordens de Sua Majestade fidelíssima, expressas no decreto de 24 de dezembro de 1764, que para evitar a introdução de mulas de fora dos domínios de Portugal, exige a todos os fazendeiros que neste continente têm crias de bestas muares, a indispensável obrigação de darem manifesto nos livros da provedoria a todas as produções das mesmas crias logo dentro de um ano de seu nascimento; tem chegado ao escandaloso progresso de serem estes mesmos fazendeiros, a cujo benefício se encaminha o espírito daquele real decreto, os infieis transgressores dele, passando aos

tropeiros escritos de venda de mulas ainda não manifestadas...¹

Tal documento atentava para a forma como os estancieiros do Rio Grande de São Pedro estavam, de algum modo, articulados aos tropeiros de gado que vinham dos domínios espanhóis. Segundo a concepção de Osório Vieira, que reflete um pouco a visão de uma parcela dos oficiais portugueses na região, tal atitude era imoral, a ponto de ser definida em termos de transgressão, feita por estancieiros “infiéis”.

Se tomarmos a dimensão que essas expressões tinham no período, constataremos que eram fortes as acusações feitas por Vieira. Segundo Bluteau,² infiéis eram aqueles que não professavam a “lei de Jesus Cristo”, ou seja, de algum modo, Vieira comparava os estancieiros do Rio Grande de São Pedro aos não cristãos, fossem pagãos, idólatras, judeus ou mouros, em sua falta de fidelidade. Por terem comerciado com os castelhanos, esses homens estavam em “pecado” diante de Sua Majestade fidelíssima.

Essa contravenção guarda, a partir do entendimento de Vieira, um problema moral. Se os estancieiros, que deveriam estar gratos a Sua Majestade, eram infiéis, os soldados responsáveis pela perseguição aos contrabandistas, que acabavam participando desse comércio, eram vítimas da situação: “os mesmos oficiais comandantes das guardas contíguas ao campo, obrigados da

*indigência que vivem, esperançados na utilidade de que se comprometem mandarem pelos seus soldados fazer o mesmo contrabando...”*³

Percebemos que, muito mais do que a obediência às Reais determinações, era uma questão moral que norteava o pensamento de Osório Vieira. Os estancieiros, proprietários de terras e agraciados pelas leis régias, mantinham uma postura ambiciosa ao desejarem obter mais ganhos sobre a Fazenda Real. Por outro lado, os soldados da fronteira, vítimas de necessidades e infortúnios, nada cometiam de errado ao integrarem-se ao comércio ilegal de gados, mesmo sendo os responsáveis diretos pela perseguição aos contraventores.

Esses soldados tinham mesmo do que se queixar da Fazenda Real. Osório Vieira não deixava assim, de ser um bom observador, na medida em que a falta e o atraso do pagamento dos soldos foram constantes durante todo o século XVIII no Rio Grande de São Pedro. Desde março de 1738 até os fins do século, as reclamações acerca do atraso ou não do pagamento dos soldos eram freqüentes, e, muitas vezes, desesperadas. Tal como ocorreu na “Revolta dos Dragões”, em 1742, quando insurretos, os soldados denunciaram com vigor a inadimplência do Estado e a falta de comida e fardas. Contudo, o pagamento desses homens era uma função da Provedoria da Fazenda Real, chefiada pelo próprio Osório Vieira. Dessa forma, ele também

seria responsável por aquela situação. Acontece que no Rio Grande de São Pedro, durante o século XVIII, os negócios relativos ao pagamento de soldos sempre estiveram vinculados diretamente aos governadores e chefes militares, pouco cabendo à provedoria. Exemplo disso é a atuação de Rafael Pinto Bandeira, comandante da fronteira e depois governador, que, durante vários anos, reivindicava, junto ao vice-rei e à rainha, o pagamento dos soldos e o fardamento dos soldados.⁴

Pinto Bandeira era um “soldado muito obediente”, como costumava assinar os documentos que enviava às autoridades do Rio de Janeiro ou do Reino. Batera os espanhóis em várias ocasiões, sendo conhecido por sua bravura e temido pelas tropas castelhanas. Tais feitos foram reconhecidos pela rainha, que lhe concedeu em 1790 a patente de brigadeiro.⁵ Após as guerras com os espanhóis, Pinto Bandeira passou a atuar na perseguição ao contrabando, sendo responsável por várias apreensões de gados e couros, e pela prisão de inúmeros contrabandistas. Além disso, sempre alertava para o pagamento dos soldos de seus homens, que, achando-se sem condições, poderiam desertar para o lado espanhol, em prejuízo dos interesses lusos. Enfim, um representante digno da Coroa, que atuava na defesa de seus interesses e, portanto, tinha reconhecimento Real, além de articulações com autoridades e

militares, desde os postos mais subalternos.

Se por um lado Pinto Bandeira era um soldado “obediente”, por outro era também um “infiel transgressor”. Em maio de 1786, um comissário espanhol, dom José Varella e Ullôa, escrevia ao vice-rei do Brasil acusando Pinto Bandeira de “sustentar naquelas fronteiras um clandestino comércio de contrabandos”.⁶

Não era a primeira vez que isso acontecia. Anos antes também havia sido acusado de contrabando e de “descaminhos” da Fazenda Real, em seu benefício pessoal, pelo governador José Marcelino de Figueiredo. Tal acusação, que se transformou em processo, chegou ao Conselho de Guerra, no Rio de Janeiro, que acabou absolvendo o réu.

As estratégias de que Pinto Bandeira utilizava-se para manter seus negócios de “contrabando” com os castelhanos, passavam por uma extensa rede de relacionamentos, em que se incluíam seus contatos com Lisboa e suas boas relações com as autoridades do Rio de Janeiro, além da manutenção de uma importante clientela na base, formada, em muito, pelos soldados de que ele tanto reclamava os soldos e fardas.

Pinto Bandeira não fora o único. Este trabalho pretende perceber a forma como o comércio de animais vindos dos domínios espanhóis no rio da Prata tinha prosseguimento nos domínios portugueses,

através de uma série de estratégias bem definidas a partir de súditos e oficiais da administração portuguesa no Rio Grande de São Pedro colonial.

A condição de crime a que a atividade de contrabando estava subordinada lhe confere um caráter especial, uma vez que, na tentativa de mostrarem-se “invisíveis” aos controles administrativos, os negociantes do “ilícito comércio” utilizavam-se de formas diferenciadas de ação para dar continuidade aos seus negócios. A moral que permeava as avaliações daqueles homens era um elemento de subjetividade que dava espaço para as mais diferenciadas formas de contrabando. Homens como Osório Vieira dedicaram horas de seu tempo à tentativa de denunciar e coibir o comércio de contrabando, assim como, ironicamente, o próprio Rafael Pinto Bandeira fizera.

Boa parte da historiografia, especialmente a de caráter nacionalista, tendeu a negar, sob diversas formas, a importância dos negócios existentes entre os súditos de Castela e de Portugal na região do rio da Prata. Isso é válido não apenas para os autores brasileiros, mas também para trabalhos de argentinos e uruguaios, que desde o final do século XIX até pouco tempo atrás, mantiveram uma postura que excluía as relações existentes entre lusos e hispânicos, a não ser quando essas relações propiciavam circunstâncias para

a guerra. De um modo geral, tal ponto de vista acabou influenciando as pesquisas históricas nesses países, e só recentemente temas que envolviam articulações entre lusos e espanhóis no Prata passaram a ser estudados com maior investimento.

O COMÉRCIO E O CONTRABANDO: UM INVENTÁRIO DAS FORMAS DE NEGOCIAR GADO ENTRE PORTUGUESES, INDÍGENAS E ESPANHÓIS NO RIO DA PRATA

Em fins do século XVIII, estava proibida a negociação de bens, especialmente gado muar, entre os domínios de Portugal e Espanha na América. Em 1764, o rei, alegando a defesa dos interesses de seus súditos dos sertões de Pernambuco, Bahia e Piauí, que se entendiam prejudicados com o ingresso de mulas do Prata, bem como os criadores desses animais no Rio Grande de São Pedro, proibiu o ingresso de muares vindos dos domínios espanhóis.

Que portanto não podia ser da minha Real intenção prejudicar aos meus fiéis vassallos que dentro do continente do citado Brasil se tinham louvadamente aplicado à criação das bestas muares e considerando por outra parte quanto lhes é prejudicial a introdução das bestas de fora do dito continente do Brasil – hei por bem de que todas as que forem nascidas dentro dos meus domínios sejam alistadas dentro de um

ano do seu nascimento...⁷

Mais para o fim do século, durante a década de oitenta e até o início do século XIX, a norma jurídica que impedia o ingresso já era mais ampla, e dizia respeito aos negócios em geral com outras nações, já que “as Reais Ordens de Sua Majestade fidelíssima que expressamente proibem a compra e venda nos seus domínios e portos da América de quaisquer gêneros pertencentes a estrangeiros exceto em caso de urgente necessidade...”.⁸

Ambas acabaram sendo formas de embargar os negócios existentes entre súditos portugueses e castelhanos na América. Se observarmos documentos de inícios do século XIX, essas noções permaneciam presentes nas interpretações dos negócios no Rio Grande de São Pedro, tanto para legitimar como para barrar determinadas trocas. Mas nem sempre fora assim.

O comércio de gado será um dos principais dinamizadores dessas relações que procuramos apreender, entre súditos de Espanha e Portugal na América. Por um lado, os súditos lusos tinham interesse no abastecimento de cavalgadas, especialmente em São Paulo, onde estas escasseavam.⁹ Não fosse o bastante, os fornecedores, súditos do rei católico, também tratavam com a prata potosina que era desviada da rota de Porto Belo, e que chegava até a “porta dos fundos” do comércio atlântico: Buenos Aires.

O CAMINHO DAS TROPAS

Depois dessas primeiras investidas sistemáticas, visando o acesso ao gado a partir da construção de relações com indígenas e castelhanos, os portugueses vão passar a concentrar maiores esforços no sentido de dinamizar a conquista desses territórios sulinos. Em 1725, Rodrigo César de Menezes ordenou a Francisco de Brito Peixoto que organizasse uma expedição para estabelecer ponto de povoamento no “Rio Grande”. Este empreendimento, levado a cabo por um genro de Brito Peixoto, João de Magalhães, foi em função da coleta do gado da “vacaria do mar”, formando currais e campos de internada.¹⁰ Esta é considerada pela historiografia como a primeira investida no sentido do povoamento do Rio Grande de São Pedro,¹¹ e ficou conhecida como a “frota de João de Magalhães”.¹² Antes disso, no início da década de 1720, Bartolomeu Pais de Abreu propunha a construção de um caminho que ligasse o Rio Grande a São Paulo. A abertura desse caminho, contudo, só teve início a partir da ordem que Antônio da Silva Caldeira Pimentel passou para Francisco de Souza Faria, em 1727. Segundo o regimento passado a Souza Faria, este não poderia conflitar com

... índios, ou castelhanos, que estejam nas nossas povoações, ou se encontrem em caminho, ou nas campanhas, procurando paz e amizade com eles, expedindo para isso do que

leva o que entender ser necessário, procurando mesmo que conheçam, e entendam que esta marcha se encaminha somente a ter com eles comércio de negociação conveniente a todos, e não a tirar-se alguma com violência.¹³

A abertura do caminho por Souza Faria passou por dificuldades. Concorriam para isso vários interesses de grupos da Laguna, Curitiba e outras localidades, que previam perdas com a construção da estrada.¹⁴ O caminho só foi aberto em definitivo com a ação de Cristóvão Pereira de Abreu, que nos primeiros anos da década de 1730, passou com mais de três mil animais dos campos sulinos para São Paulo.

Os primeiros anos que se seguiram à abertura do caminho das tropas testemunharam um considerável aumento da circulação de animais, sendo o ingresso de animais realizado a partir dos domínios espanhóis, negócio perfeitamente aceitável e até mesmo interessante, como nos deixa perceber o documento acima. A ação empreendida a partir do governo de São Paulo (mas caracterizada como um projeto colonial), que concebeu a conquista das terras sulinas e a sua conexão com as demais partes da Colônia (especialmente São Paulo), esteve profundamente relacionada com a iniciativa de estabelecimento de relações com súditos espanhóis habitantes do rio da Prata. Nesse sentido, a presença de

negociantes, mais especificamente tropeiros, súditos espanhóis, era comum.

Também as relações com os indígenas, no caso os minuanos, continuaram de forma efetiva. Em 1738, uma carta remetida ao comandante do Rio Grande, André Ribeiro Coutinho, fala da existência de negócios entre os índios minuanos e o coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que teria comprado um grande número de vacas, parte das quais para a Fazenda Real. Nesse mesmo documento é descrita parte da rotina dos negócios com os minuanos:

Os minuanos já se acham alguma coisa retirados pelo rigor do inverno e por serem estes tempos os em que costumam fazer os seus tupambaés e nunca de todo deixam de vir alguns e trazer mais éguas que cavalos e me parece que andam na diligência deles para se aproveitarem de alguns gêneros quando aqui os hajam.¹⁵

Em 1739, o tenente de Dragões Antônio José de Figueiroa encaminhou pedido para não pagar o quinto da passagem do gado, que lhe cobravam, uma vez que já havia combinado de pagar o quinto dos couros que faria, bem como do charque produzido. Argumentou que os gados, em torno de seiscentas cabeças, haviam sido trazidos de Montevidéu, e por isso não seria justa a cobrança do tributo da passagem dos animais, já que haveria “prejuízo grande à fazenda do suplicante”.¹⁶ O despacho do comandante do continente, André

Ribeiro Coutinho, foi encaminhado a Gomes Freire de Andrade, e mandado notificar isso “ao suplicante e aos mais que tiverem metido ou meterem gado de fora”.¹⁷

Nesse mesmo ano, vários índios e castelhanos foram presos e degredados por crimes diversos, principalmente por incitar deserções e por roubo de cavalos e escravos. Esses homens haviam vindo ao Rio Grande para comerciar, como muitos faziam, segundo nos conta André Ribeiro Coutinho:

Como seja notório o prejuízo que neste domínio fazem muitos castelhanos e outros homens de várias nações sujeitos ao Estado de Castela, que sem licença deste governo vem a ele vender alguns gêneros de fácil consumo que sobejam ordinariamente aos lavradores, e levam ouro em peças e moeda e ainda em prata, que é a substância das monarquias, fazendo-se réus de crime...¹⁸

A necessidade de licença para ingresso nos domínios portugueses, naquele momento, era geral, mas só temos registro de sua necessidade concreta por meio desse documento, quando da condenação desses homens. Além disso, como descreve o próprio documento, e outros que já vimos, não eram poucos os súditos espanhóis que vinham negociar nos domínios portugueses. Estes, contudo, haviam ultrapassado o limite entre a contravenção “aceitável” e a atitude “criminosa”. Ao colocarem em

risco a ordem estabelecida, “induzindo” deserções e roubando escravos e animais, colocavam em risco a sociedade, extrapolando a suposta liberdade que tinham para comerciar. Para estes, a lei foi aplicada por completo. De toda maneira, esse documento também nos informa as relações que se estabeleciam entre os súditos “castelhanos” e “índios” e os súditos portugueses no Rio Grande de São Pedro, que adquiriam as mercadorias trazidas por aqueles, fossem animais ou quaisquer outros bens “de fácil consumo”.¹⁹

Quando do estabelecimento da “guarda do Porto”, posto de controle de circulação por terra e mar, destinado à defesa do território, seu regimento previa a contagem das tropas de bestas que passavam para “a parte do norte”²⁰ e a cobrança dos direitos reais por cada cabeça de gado, que haveriam de se contar “muito exatamente”.²¹ Este documento, de 1740, dá um significativo destaque para o ingresso dos animais dos domínios espanhóis, indicando a maneira como esses gados circulavam com facilidade:

Passando cavalos mansos ou vacas para a dita parte do norte, observará o comandante que nenhum passe que seja reiúno, que devem estar registradas na Vedoria, conforme o bando de este têm marca, porque se correram neste campo, ou tem as castelhanas *por se haverem comprado*

*aos estancieiros ou tropeiros dos domínios de Castela; e todos os sobreditos animais passarão com despacho do governo.*²² (grifo meu)

Se os animais vindos dos domínios de Castela teriam “despacho do governo”, esta dádiva não seria para todos, haja vista o caso daqueles índios e castelhanos que foram punidos por seus crimes. Da mesma forma, nem todos os súditos portugueses concordavam com a idéia de pagar pela passagem de seus animais pela sobredita guarda do norte. Em agosto de 1745, um tropeiro de cavalos e mulas dirigiu-se ao rei para exigir isenção do pagamento da passagem da guarda, por se tratar de doação pia para a conservação dos “lugares santos”.²³

A mesma sorte não teve Caetano da Silva Maia, que solicitou isenção para a passagem de seiscentos potros que pretendia conduzir até as Minas, a fim de pagar o arrendamento que fazia nos Campos de Viamão, em 1747. Argumentou que

... é necessário dar saída aos ditos animais, mandando os potros para as Minas, o que lhe é muito dificultoso por razão dos direitos de dez tostões que pagam os ditos potros na subida da serra de Viamão, *os quais direitos foram postos para os que vinham das campanhas de Castela*, e como se introduziram nos ditos direitos os dos Campos de Viamão, se tem feito requerimento para não pagar os

mesmos direitos por serem criados no Rio Grande para nossa parte...²⁴ (grifo meu)

Para além da tentativa (infeliz) de burlar a tributação, essa situação nos indica a apropriação que os súditos portugueses faziam da legislação sobre o ingresso de animais dos domínios espanhóis. Para Caetano, esse ingresso era muito comum, tanto que previa até uma legislação especial e um fisco exclusivo. De qualquer modo, era uma interpretação possível daquela circunstância, que bem poderia convencer as autoridades, no entender de Caetano. Um súdito português, que com “muito trabalho e dispêndio”²⁵ fizesse nascer sua própria produção, poderia muito bem obter a isenção dos representantes do rei.

Das evidências de passagem de gado entre os domínios espanhóis e portugueses no Prata, desse período que vai da construção da estrada das tropas até a década de 1760, um caso especial nos chama a atenção: a tropa de “dom” Francisco Pinto de Vila Lobos. Esse homem, alferes da guarnição do Rio de Janeiro, mantinha uma estrutura familiar e relacionamentos que lhe permitiam circular com extrema facilidade entre os dois impérios. Pelo lado espanhol, tinha a autorização do próprio monarca católico. Entre as notícias que Gomes Freire de Andrade mandara enviar a Diogo de Mendonça Corte Real, narrava que o

... vice-rei de Lima mandou ordem ao

governador de Buenos Aires, para impedir a negociação de mulas *concedida por el rei católico* ao alferes Francisco Pinto de Vila Lobos e que se lhe remetesse as ordens de Sua Majestade católica, porque tomava sobre si este negócio, o que esse está executando, não obstante ter já pago às Caixas Reais 6.000 pesos de direitos e ter feito a despesa principal.²⁶ (grifo meu)

Esse bloqueio devia-se a um momento de tensão entre os dois impérios no Prata, durante as discussões acerca da demarcação das terras pertencentes a um e outro domínio. Não apenas Vila Lobos teve prejuízo com esse conflito, como também outros portugueses que estavam em Buenos Aires temiam:

Todos os comerciantes portugueses, tanto de Registros como particulares, que têm cabedal na outra banda, estão assustadíssimos, por que observam, que as suas dependências vão tomando muito mau caminho e que havendo qualquer revolução lhes sucederá o mesmo aos ingleses que foram confiscados.²⁷

Também Vila Lobos fora citado anos depois, em meio a alguns documentos enviados ao governador Cevallos, de Buenos Aires: “despachos del Virrey con las diligencias en su conformidad practicadas desde 1749 hasta 1753 sobre un numero de mulas que se le permitiô extraer para el Brasil à un portugués llamado don Francisco Pinto

Vila Lobos cuyo asunto parece concluido”.²⁸

Por seu lado, a circulação nos domínios portugueses também lhe era amplamente franqueada. Em fins de 1749, pede e obtém a prorrogação da concessão para “ir à colônia do Sacramento e às Minas”.²⁹ Já havia um tempo, Vila Lobos dedicava-se a circular por esses dois pólos, o Prata e as Minas, já que temos registros de sua atuação entre 1749 e 1755. Podemos verificar que seus fornecedores de animais eram não apenas castelhanos, mas também portugueses de Sacramento. Esta “cidadela” que ficava defronte a Buenos Aires mantinha um intenso comércio com os espanhóis desde fins do século XVII. Em 1754, passara pelo Rio Grande de São Pedro com sua “numerosa tropa”: “Requerimento de dom Francisco de Vila Lobos e companhia que conduzia ele suplicante dos domínios de Espanha para este continente uma numerosa tropa que contou cinco mil ou mais animais fazendo-a transportar para o registro de Viamão para que passem aos domínios de São Paulo e Minas”.

Percebemos, então, que tal comerciante mantinha um constante e significativo trato de animais da região do rio da Prata até as Minas, sem intermediação. Contudo, algumas questões não ficam muito claras. Seu posto na guarnição não era de destaque, não tendo, inclusive, obtido nenhum sucesso em pedidos de promoções que fez.³⁰ Assim mesmo,

obtinha suas licenças de passagem, a designação de “dom” (e não sabemos o quanto era legítima essa designação) e o direito de comprar gado nos domínios espanhóis, com despacho do monarca. O certo é que os reis de ambos impérios, espanhol e português, deram poder de circulação para esse homem, para fazer movimentar uma quantidade bastante grande de animais, da qual não se tem notícia outra de igual porte (uma das tropas tinha mais de cinco mil animais), pagando os respectivos tributos, e girando um mercado que ia do Prata até a região das Minas. A base de sustentação da atividade de Vila Lobos estava ancorada nas redes das quais sua família fazia parte, estrutura que herdara, especialmente de seu avô, de seu pai e de seu tio, todos oficiais militares do Império luso.³¹

Esse tráfico teve conseqüências bastante significativas, na medida em que modificou o sistema de abastecimento de cavalgadas e animais de tiro na Colônia. Até o advento do caminho das tropas, São Paulo sofria uma grande escassez de cavalos e muares. Os transportes nas Minas eram, em boa medida, resultado da força dos escravos. Em fins da década de 1740, o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, Francisco Cordovil de Serqueira e Melo, reclamava o emolumento³² do ingresso dos animais nas minas:

... em consideração de se haver mudado a forma que havia nas

conduções das mesmas, o qual em seu princípio, foi às costas de negros, de que Vossa Majestade foi servido, pela provisão que remeto cópia, conceder-lhe o emolumento de doze vinténs em cada um. É certo hoje se conduz muito pouco às costas de negros, e é a maior parte das conduções em tropas de cavalaria e muares...³³

Longe de sugerir que o mercado muar tenha provocado uma mudança na dinâmica do tráfico negreiro, a sua introdução significou, além da dinamização nos transportes, a possibilidade de novos lucros, resultantes das cobranças da circulação dos animais. Tais possibilidades atraíam uma figura da importância do provedor da Fazenda do Rio,³⁴ que deveria ter noção dos ganhos que teria ao receber tal mercê.

Um outro aspecto de mudança foi a perda que essa introdução de gados sulinos significou para os criadores do sertão do Norte, mais especificamente Maranhão, Piauí, Bahia e Pernambuco. Em meados da década de 1750, o governador do Maranhão escreveu ao rei justificando a falta de arrematação dos dízimos, pela grande seca que aquelas terras sofriam, e “pelo grande número de cavalgadas que os hespanhóis (sic) introduziram nas Minas, de que resultava depreciamento no valor dos cavalos daquele sertão e dos de Piauí”.³⁵ Após verificar a veracidade das informações dadas pelo dito governador, o rei toma, em 1761, uma

medida enérgica: proibir a circulação de bestas muares em seus domínios do Brasil: “sou servido ordenar que em nenhuma cidade, vila ou território se possa dar despacho por entrada ou saída a machos e mulas”.³⁶

Na medida em que seus súditos estavam tendo prejuízos, decorrentes da introdução das mulas produzidas nos domínios espanhóis, nada mais justo que proteger aqueles vassallos que haviam se dedicado a prover de montarias os territórios coloniais. Agindo assim, o rei, além de cumprir com suas obrigações de mantenedor da justiça, estaria garantindo a arrematação dos dízimos daquelas regiões, em benefício da Fazenda Real, e reafirmando os laços de clientela com aqueles seus súditos.

Alguns anos depois, em 1764, o rei decide revogar essa lei,³⁷ a pedido dos moradores do Rio Grande de São Pedro e de São Paulo, os quais haviam argumentado que a criação de bestas muares nos domínios portugueses seria prejudicada por esta determinação, e que esse era um negócio de importância para a Colônia.³⁸ A restrição passava a ser apenas o ingresso de animais dos domínios espanhóis, sendo não só permitida como incentivada, a criação de mulas nos domínios portugueses, em virtude de sua necessidade nas Minas.

Com essas medidas o rei mantinha-se dentro de sua conduta, praticando justiça com seus súditos, e em benefício da Fazenda Real. De certo modo, não

desatendia os súditos dos sertões das partes do norte, e tampouco prejudicava os seus vassallos que haviam se dedicado à criação de mulas, importante para o serviço das minas, e extremamente interessante do ponto de vista fiscal. Dessa forma, a autoridade real mantinha-se estabelecida, depois de uma ampla negociação com o conjunto dos súditos envolvidos. Essa era uma das formas que a monarquia tinha de garantir sua presença nos seus domínios. A garantia da justiça Real não deixava de ser um importante instrumento de negociação.³⁹ Passava, então, a ser considerado “contrabando”, ou seja, ilícito, o comércio de animais muares entre ambos domínios na América, passível de apreensão e punição pecuniária. “Passível” é com certeza a palavra mais adequada, na medida em que nem sempre esses ingressos de animais dos domínios espanhóis eram interditados. De forma semelhante ao que vimos anteriormente, nem todos eram considerados criminosos. A nova lei não previa a concessão de licenças, mas a direta e irrevogável proibição ao ingresso de “mulas e machos”.

O “COMÉRCIO ILÍCITO DE CONTRABANDO”⁴⁰

Procuraremos perceber, a partir de agora, algumas das formas de que se valeram súditos espanhóis e portugueses para dar continuidade aos seus negócios, e, a despeito da nova legislação, continuar

comerciando animais de distintas espécies. Trata-se de demonstrar a continuidade do negócio, e os subterfúgios utilizados para tanto.

É importante ter em mente a diferença que existe entre as pretensões de uma legislação e aquilo que é realmente apropriado e praticado pelos homens, os quais a lei tenta disciplinar. Não propomos que tal legislação tenha transformado as relações sociais que se davam no rio da Prata colonial. Tampouco queremos percebê-la sem nenhum impacto. Mas tal legislação investiu de autoridade determinados oficiais, encarregados do controle desses contrabandos. Essa relação de poder se tornou, nas mãos de determinados grupos, importante na definição do que era ou não passível de apreensão, bem como das formas e estratégias que os “contrabandistas” tiveram de se valer para obter êxito.

Em meados de 1767, o sargento-mor de Ordenanças José da Silveira de Bitancurt enviou uma carta ao governador solicitando trazer para sua propriedade na freguesia do Triunfo⁴¹ uma tropa de seiscentos animais, que trouxera dos domínios espanhóis por “os não achar de venda no dito país (Campos de Viamão)”.⁴² Sua petição foi encaminhada ao Rio de Janeiro, e tempos depois, o vice-rei, conde de Azambuja, encaminha carta permitindo a passagem dos gados desse oficial.⁴³ Obteve assim a autorização, provavelmente a primeira

para, em detrimento da lei, movimentar seus negócios. Além disso, valeu-se de suas articulações sociais e políticas para garantir a circulação de seus animais, na forma de privilégio, já que teve seu pedido avaliado de modo favorável pelo próprio conde de Azambuja.

A mesma sorte não teve Manuel Munhoz, tropeiro castelhano, que ao passar em 1768 pela fronteira do rio Pardo, no Rio Grande de São Pedro, teve detida sua tropa de “mil e tantos animais”,⁴⁴ em função do Real decreto que proibia a entrada de mulas e “machos”. Para tentar escapar da perda, ou minimizá-la, Munhoz argumentou de vários modos afirmando, de primeira, desconhecer o dito decreto Real, argumento que não foi aceito. Afirmou, por fim, que os trinta burros que trazia não poderiam ser apreendidos, por razão de não constarem no Real decreto, que previa a apreensão de “somente mulas e machos e não burros”,⁴⁵ revelando um conhecimento das falhas da lei bastante razoável para quem desconhecia o decreto em questão. Pedia, enfim, que se lhe devolvessem os trinta burros, por ser seu direito, encaminhando um requerimento ao governador José Custódio de Sá e Faria. Não sabemos se teve sucesso na sua petição, em relação aos burros. O restante da tropa fora todo apreendido. Até onde se sabe, não teve ele que pagar os “dobros”, respectivos da apreensão, além de ter tido a oportunidade de dirigir-se diretamente ao governador,

reivindicando justiça por haver identificado incorreções no tratamento que recebera. Seu caso revela os espaços que havia para aqueles que eram detidos, frente às possibilidades de outros de passar sem interrupções.

Já Eugenio Barragam, “de nação espanhola”, obtivera sucesso no transporte de seus animais, em número superior a quinhentos, sendo destes, onze burros e quatrocentas éguas, animais suficientes para incrementar uma significativa produção de mulas. Não apenas teve a passagem autorizada, como também recebeu uma carta de sesmaria.⁴⁶ Nesse caso, Barragam estava associado a uma importante família da terra: os Pinto Bandeira.⁴⁷

Eugênio Barragam, Manuel Munhoz e José da Silveira Bitancurt traziam, especialmente, matrizes para a produção de animais muares. Isso é bastante significativo, na medida em que é na segunda metade do século XVIII que percebemos a implementação de uma produção de muares significativa, especialmente a partir dos anos sessenta. Isso é perceptível não apenas pelas solicitações desses homens, visivelmente interessados em abastecer os domínios portugueses de matrizes, mas também através de relações de animais do continente do Rio Grande e de documentos de autoridades, referindo-se ao incremento dessas produções. Nesse sentido, estamos entendendo o Rio Grande de São Pedro,

até pelo menos a década de 1760, como um corredor das produções de muares feitas nos domínios espanhóis, e só a partir desse incremento da produção, realizado pelos seus criadores nesse período, é que começará efetivamente a se tornar também uma zona de criatório.

O ingresso de animais dos domínios espanhóis do Prata continuava de modo efetivo. Em 1773, o governador interino Antônio da Veiga de Andrade solicitava ao provedor da Fazenda, Inácio Osório Vieira, a instauração de uma devassa para tratar dos contrabandos e ingressos de mulas dos domínios espanhóis: “que dos domínios de Espanha se tinham introduzido para estes de Sua Majestade fidelíssima varias porções de mulas proibidas pelo decreto do mesmo Senhor de 24 de dezembro de 1764”.⁴⁸ Além disso, queixavam-se as autoridades da falta de pagamento dos quintos dos animais que eram apreendidos, “como sempre foi costume”.⁴⁹ As autoridades preocupavam-se com o descontrole que havia na apreensão dos contrabandos, bem como pela sua manutenção. Um dos primeiros a testemunhar fora Francisco José Martins, “morador no quartel do rio Pardo e vive de suas fazendas de animais”,⁵⁰ sendo bastante incisivo em seu depoimento. Acusando várias pessoas, ele

disse que sabe por ser público e notório que dos domínios de Espanha se introduziram para estes perto de duzentas bestas muares, sendo

condutor delas Inácio Morato, e que entraram pelo passo de cima de Camaquã; porém que ignora a saída que se lhe deu (...) que sabia tinham também entrado daqueles domínios para estes, depois que largou o comando o coronel da Cavalaria Francisco Barreto Pereira Pinto, e o sucedeu o capitão de Dragões Carlos José da Costa, três tropas de gado das quais diziam eram vários interessados cujas foram conduzidas uma por Romão de tal espanhol, outra por Miguel Ayres também espanhol e outra por Casemiro de Castilhos e não sabe ele testemunha se dessas tropas pagarão o quinto a Sua Majestade e mais não disse...⁵¹

Percebemos aqui a presença de oficiais portugueses, no caso o capitão de Dragões Carlos José da Costa, e a participação de súditos espanhóis, que agiam de forma muito organizada em função do amparo dado à empresa por aqueles oficiais portugueses, nos domínios de Sua Majestade fidelíssima. Longe de ser um depoimento único, seguiram-se outros. O depoimento de João Batista de Carvalho nos demonstra de forma mais explícita o cotidiano do contrabando, e reitera a idéia de que era constante a presença de oficiais da Coroa lusa no mercado “ilícito” de animais:

... sabe que da tropa de Miguel Martins Serra passaram oito mulas por alto e quatro burros exores vindo tudo dos domínios de Espanha que o capitão

comandante da Guarda da Encruzilhada Rafael Pinto Bandeira deixou passar quando foi registrar a dita tropa ao passo de Camaquã; também sabia que o castelhano João Mariano conduziu uma tropa dos mesmos domínios de Espanha para estes em que trouxe número avultado de burros, e bestas muares, que tudo passou por alto e foi conduzido à estância do sobredito capitão Rafael Pinto Bandeira vindo por peões da dita tropa o mulato por alcunha Forquim o Manoel Pinto que é soldado da companhia do dito capitão e o castelhano Ticu.

Essa fonte nos detalha a rotina dos homens que comerciavam gado muar em tempos de proibição. A presença direta no negócio dos oficiais responsáveis por sua inibição era decisiva para a manutenção das trocas, sob pena de diminuição ou desaparecimento desse mercado. A proximidade de postos avançados para a permanência da mercadoria, como significava a estância que Pinto Bandeira possuía, era importante para estampar com algumas garantias o empreendimento. Também percebemos a introdução de numeroso rebanho de burros, no caso matrizes para o estabelecimento de fazendas de crias de mulas, das quais já tratamos.

Os dois relatos são bastante informativos sobre os procedimentos daqueles oficiais e mercadores, que se valiam de seus postos, concedidos pela Coroa, para

obter ganhos e lucros inacessíveis a outros, além de poder impedir a passagem de outras tropas, com as quais não estavam articulados. A sua força, enquanto autoridades locais, refletiu-se no fim da devassa, logo após sua instauração. O próprio Rafael Pinto Bandeira passou ileso por pelo menos mais duas investigações, antes de ser recebido pela rainha, em 1789, e de se tornar governador do Rio Grande, em 1790.

Também oficiais espanhóis envolveram-se de modo direto com a circulação de animais entre os domínios de um e outro império. Entre 1772 e 1778, o comandante da fronteira pelo lado espanhol, don Roque Verón, foi processado por “venda de caballos a los portugueses”.⁵²

A partir de fins da década de 1770, as autoridades espanholas criaram uma forma diferenciada de controle dos contrabandos, ao designar um “comissário” para permanecer na vila do Rio Grande, na proximidade da guarda que controlava os contrabandos. Sua função era recolher os animais confiscados pelos portugueses, depois de tirado o quinto, para devolvê-los aos domínios espanhóis. O primeiro oficial que temos notícia, foi o capitão dom Vicente Ximenes, que esteve em ação, ao que parece, entre 1780 e 1784.⁵³

Em meados de 1780, uma tropa de mais de trezentos animais foi apreendida pela guarda portuguesa, quando ingressava

no continente do Rio Grande vinda dos domínios espanhóis. Depois do confisco e da retirada do quinto, os animais foram entregues ao dito comissário. Este retirou parte da tropa para distribuir entre seus soldados e tratou logo de vender o restante para um estancieiro do Rio Grande, o reverendo padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, recolocando os animais no mercado: “comprou por via de seu cunhado Felix da Costa ao capitão espanhol dom Vicente Ximenes cujo gado havia sido confiscado aos contrabandistas castelhanos”.⁵⁴ O trato foi logo descoberto, e o governador da capitania, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, após ampla negociação, embargou a venda, ordenando que se devolvessem os gados e o dinheiro para as partes.

Longe de parecer algo excepcional, a venda foi realizada de forma corriqueira pelo oficial. Porém, nos indica mais uma vez a relação existente entre os oficiais militares e administrativos e as lideranças locais. Tal circulação era mais uma das formas de despachar animais dos domínios espanhóis para os domínios portugueses.

Alguns contrabandistas tiveram menos sorte, e além de terem a mercadoria apreendida, foram presos. O responsável pela prisão era nada mais nada menos que Rafael Pinto Bandeira, já referido como responsável por inúmeras ações contrabandistas. A partir do início dos oitenta do século XVIII, Rafael começa

não apenas a perseguir, mas também prender e, especialmente, “noticiar” de forma bastante enfática as apreensões que fazia.

Entre 1780 e 1784, Pinto Bandeira prendeu vários contrabandistas, repassando os gados apreendidos ao dito comissário espanhol, Vicente Ximenes, ou pelo menos era isso que dizia, ou deveria ter feito. No final desse período, enviou uma relação ao vice-rei com os nomes dos criminosos, entre eles: Santiago Rodriguez, João Antônio, Antônio Iglecia, Bernardo Baleio, Francisco Matos, Diogo Vaca, Gregório Francisco, João Nunes, José de Sechas, Rafael Escudeiro, João Benites, Eugenio Salininas, Manuel Gonçalves e João Francisco.⁵⁵ Infelizmente, não conseguimos rastrear esses homens em outros documentos. Alguns homônimos encontrados nunca foram enviados presos ao Rio de Janeiro, como estes o foram. O registro de suas vidas se limita à notícia de suas atividades criminosas, ou, o que é pior, à sua incapacidade de criar meios de evitar a detenção. Pinto Bandeira sabia bem disso, talvez melhor do que ninguém. No documento que encaminha essa listagem de contrabandistas, nos dá uma importante pista para apreender mais um aspecto da estrutura comercial que se estabelece em função do contrabando: “puderam introduzir os contrabandistas espanhóis na parte ocidental do sangrador de Merim (sic) partidas de gado apanhado na

campanha que traziam a vender aos nossos estancieiros que por ali, além das guardas, estavam estabelecidos”.⁵⁶ Esse indicativo da participação direta dos criadores portugueses é bastante significativo, e pode ajudar a esclarecer a maneira como os animais eram “receptados” nos domínios portugueses, para depois serem recolocados no mercado, na direção de São Paulo e das Minas. O estabelecimento de postos de “receptação”, sejam estâncias ou currais no caminho da passagem dos animais, além da manutenção de relações efetivas com tropeiros espanhóis, garantia o fornecimento destes gados aos ditos estancieiros. Essa situação também é descrita, alguns anos depois, pelo provedor da Fazenda Real, Osório Vieira: “tem chegado ao escandaloso progresso de serem estes mesmos fazendeiros, a cujo benefício se encaminha o espírito daquele Real decreto, os infiéis transgressores dele, passando aos tropeiros escritos de venda de mulas ainda não manifestadas”.⁵⁷

Já havia muitos anos Osório Vieira⁵⁸ exigia aos estancieiros que marcassem seus gados para que não fosse possível a incorporação de animais vindos de fora: “além de não terem dado a manifesto as suas crias, faltam em não manifestar anualmente as produções das mesmas, vendendo e dispondo como querem sem se poder fazer a exata averiguação de serem ou não nascidas no continente”.⁵⁹ Não se tem notícia,

contudo, de que Vieira tenha tomado uma atitude mais radical do que ameaçar os estancieiros com cobranças e apreensões.

Essas participações dos estancieiros significavam não apenas uma intermediação no fluxo mercantil, mas também o próprio abastecimento dos estancieiros de matrizes, frente a um interesse destes homens em produzir para uma demanda cada vez maior dos animais. As relações e trocas com tropeiros castelhanos eram fundamentais para o estabelecimento de fazenda de criação de muares, que começam a surgir com força, ao mesmo tempo em que o comércio de mulas passa a ser considerado ilícito. Nesse sentido, a produção mular expandia seu “parque fabril”, ainda dentro do espaço platino, para os domínios portugueses, tendo em vista o crescimento da demanda, em um momento de insegurança diante da condição de comércio ilícito. Essa expansão foi resultado de sólidas relações existentes entre súditos de ambos os impérios vizinhos, que, ignorando as delimitações estabelecidas, mantinham significativas trocas. Osório Vieira nos relata mais detalhes das formas que o contrabando tomava em fins da década de 1780:

O mais freqüente contrabando de importação neste continente é o das bestas muares, e de exportação o tabaco em rolo: a experiência me tem mostrado que os mesmos oficiais

comandantes das guardias (sic) contíguas ao campo, obrigados da indigência que vivem, esperançados na utilidade de que se comprometem mandarem pelos seus soldados fazer o mesmo contrabando sem que lhes seja necessário para capearem (sic) estes fra (ilegível) des mais que enviar os mesmos contrabandos pelos referidos soldados de seu chefe comandante da fronteira de quem confiam o maior crédito e não temem as restritas averiguações representando-lhe haverem-se ocultado a figura dos contrabandistas sem esperança de se poderem prender e desta sorte coligados com os comerciantes do país, poderão com mais facilidade fazer extração de tropas de semelhantes animais para a capitania de São Paulo, sendo esta desordem o incentivo de se facilitar ainda mais do que até agora o contrabando, ficando como por comércio no continente com a circunstância tão-somente de se pagar dele o quinto a Sua Majestade.

Referia-se Osório Vieira ao alvará de 5 de janeiro de 1785,⁶⁰ em que a rainha deliberara a divisão dos bens apreendidos entre os responsáveis pela apreensão, salvo, contudo, o quinto da Fazenda Real. Essa medida, de retirada do quinto do gado apreendido, já era praticada a muito no Rio Grande de São Pedro,⁶¹ mas para Osório Vieira, a nova deliberação Real foi interpretada pelos

oficiais militares como uma legitimação do contrabando, desde que pagos devidamente os quintos. Queixava-se ainda que os oficiais não prendiam os criminosos, que acabavam, eventualmente, readquirindo a tropa depois de 'quintada' dos mesmos soldados que haviam feito a apreensão. Essa era mais uma das formas que havia para que os animais, detidos de sua rota, retornassem ao mercado.

Tampouco deixa de ser interessante o caso de Antônio Manuel de Jesus e Andrade, que acumulava as funções de advogado, escrivão da Câmara e tenente de cavalaria auxiliar. Em agosto de 1802, ele recebeu concessão de direito de dom João VI para trazer dos domínios espanhóis vinte mil mulas, como forma de pagamento que encontraram seus devedores espanhóis, das compras que lhe haviam feito em sua "casa de comércio". Ao permitir tal ingresso, dom João argumentara que era justo que o suplicante pudesse receber o pagamento, já que havia confiado tamanha soma àqueles castelhanos. Por outro lado, argumentava que os muares eram úteis para a Colônia, e que eram em número insuficiente os animais das produções dos territórios lusos.⁶²

Contra esse vultuoso ingresso, levantaram-se mais de cem moradores do Rio Grande, afirmando que essa introdução lhes causaria enormes prejuízos, e assim, conseqüentemente, também prejudicariam a Fazenda Real,

a qual pagavam os dízimos. Além disso, informavam que Jesus e Andrade nunca tivera "casa de comércio", que havia sido peão na juventude, e recentemente fazia "servir de escrivão e tabelião judicial".⁶³ Argumentavam ainda, enfaticamente, que era proibida a introdução de mulas dos domínios espanhóis, além do fato de suas produções serem suficientes para a demanda, uma vez que sobravam nos pastos cerca de cinqüenta mil bestas, depois de "abastecidas" São Paulo e as Minas. Como último argumento, diziam que essa permissão abriria um perigo precedente.⁶⁴

Esse caso nos revela alguns dos recursos que se podia lançar mão para passar os gados. Desse modo, valeu até mesmo a autorização do rei, que passou por cima da legislação de seus antecessores. Por outro lado, nos aponta os conflitos locais, e a força de um grupo estabelecido e já completamente organizado em função de seus interesses. A lista de cento e trinta nomes era finalmente referendada pelo comandante da fronteira, brigadeiro Manuel Marques de Souza, também contrário à introdução daqueles animais. Andrade e Jesus tentou obter ganhos em um espaço que não lhe era acessível. A manutenção e a presença do governo luso naquelas terras já eram negociadas por um grupo, que estava já consolidado, e, ao que parece, incluía Andrade e Jesus. A ascensão social não poderia se dar por aqueles meios, que já eram

controlados por essa elite, devido às articulações desta com os castelhanos e com o governo, o que permitia que estes, e não outros, pudessem manter com exclusividade tais negócios, reproduzindo assim a exclusão.

Percebemos, assim, a gama de possibilidades que havia para dar vazão ao mercado de animais, que se estendia do rio da Prata até as Minas e São Paulo. Em primeiro lugar, cabe destacar as relações entre espanhóis, minuanos e portugueses, que criaram condições para o fornecimento de animais, por uns, para

a sua aquisição por outros. Vimos de que modo esses tipos de relacionamentos estavam determinados pelas regras da reciprocidade, e como isso importava nos negócios, bem como a importância do controle de postos governamentais para a reprodução do mercado, não apenas quando este passa a ser considerado ilegal, mas mesmo anteriormente. As formas da ação cotidiana do contrabando, fossem por meio de roubos, falsas apreensões ou compras, eram determinadas por essas regras, típicas de uma sociedade de Antigo Regime.

N O T A S

1. Registro de um edital do provedor da Fazenda Real a respeito dos manifestos das crias de bestas muars e produções das ditas como abaixo se declara. 6 de outubro de 1788. AHRS F1245, 170.
2. Raphael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, Rio de Janeiro, UERJ, s.d.
3. Arquivo Nacional. Códice 104, v. 10, p. 254.
4. Ofício do (comandante do Rio Grande de São Pedro), brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Martinho de Melo e Castro, informando que chegara ao Rio de Janeiro e que o vice-rei não tinha o dinheiro para o pagamento dos soldos devidos aos militares do Rio Grande. Envia bilhete recebido do Rio Grande sobre o contrabando realizado entre o Rio Grande, Santa Catarina e Montevidéu. 1790 (8-5-1790), cx. 3, doc. 253 e também o ofício do (comandante do Rio Grande de São Pedro), brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro), enviando

a relação da exportação e importação do ano de 1792 e informando que os soldados receberam três meses de soldos. 1793 (20-2-1793). Brasil Limites. Cx. 3, doc. 256.

5. Augusto da Silva, *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador*. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro, Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 1999. Dissertação de mestrado.
6. Arquivo Nacional. Códice 104, v. 10, p. 145.
7. Registro de um decreto de Sua Majestade em que se faculta a criação das bestas muares, aliás carta régia. Capela de Viamão, 28 de agosto de 1765. AHRs. F1243, 5-5v.
8. Arquivo Nacional. Códice 104, v. 2, p. 164-170.
9. Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
10. Guilhermino César, *História do Rio Grande do Sul: período colonial*, Porto Alegre, Editora Globo, 1979, p. 92.
11. Esse foi também um primeiro esforço para um novo deslocamento dos grupos associados a Brito Peixoto e suas famílias. Se percebermos, este grupo partiu de Santos em fins do século XVII, passou para a Laguna, e posteriormente deslocou-se para os campos de Viamão na década de 1730, e finalmente Triunfo na década de 1750. O seu deslocamento sugere a necessidade por parte desta elite de uma contínua renovação de recursos para a manutenção da ordem, o que considera a incorporação de novas áreas. Também é interessante o fato de que tal grupo manteve-se como elite local por mais de cem anos, entre aproximadamente 1680 e 1800.
12. idem.
13. Documentos interessantes, v. XVI, parte I, p. 29.
14. Guilhermino César, op. cit., p. 94.
15. Anais do Arquivo História do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, AHRs/IEL, v. 1, 1977, p. 70.
16. ibidem, p. 103.
17. idem.
18. ibidem, p. 126.
19. idem.
20. Ponto localizado à beira da barra do Rio Grande.
21. Anais do Arquivo História do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, AHRs/IEL, v. 1, 1977, p. 133.
22. idem.
23. ibidem, p. 212.
24. ibidem, p. 224-225.
25. ibidem, p. 224.
26. Ofício do governador Luiz Garcia de Bivar para Diogo de Mendonça Corte Real, acerca das informações que recebera do governador Gomes Freire de Andrade sobre a assinatura do Tratado de Limites e o receio de que os espanhóis tentassem um novo ataque à praça da Colônia, referindo-se também às notícias que recebera de Cádiz e de Lima. Colônia, 30 de agosto de 1751. Anais da Biblioteca Nacional – Inventário de documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, Rio de Janeiro, 1756-1757. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, v. 71, 1951, p. 179.
27. idem.
28. Relação de papéis existentes num arquivo de Buenos Aires, em meados do século XVIII. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I – 28 – 34 – 29.
29. Requerimento de Francisco Pinto de Vila Lobos, alferes da guarnição do Rio de Janeiro, em que pede prorrogação da licença para ir à Colônia do Sacramento e às Minas. Tem anexa uma provisão e a respectiva portaria de prorrogação. AHU – RJ – cx. 61, doc. 14.285.
30. Informação do governador do Rio de Janeiro, em que propõe em primeiro lugar Pedro da Costa Marim e em segundo Manuel da Rocha e dá más referências do pretendente Francisco Pinto Vila Lobos. AHU – RJ – cx. 60, doc. 14.136.

31. *idem*.
32. Emolumentos são rendimentos advindos em função de um cargo, mas extras em relação ao ordenado regular. No sentido que Cordovil propôs, receberia esses ganhos à parte de seu rendimento no posto de provedor, como um recebimento extra. Tal prática era bastante comum no Reino e mesmo na Colônia. Vide Antônio Manuel Hespanha, *Às vésperas do Levithan*, Coimbra, Almedina, 1998; e João Fragoso, "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVIII)", *Topoi*, Rio de Janeiro, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, n. 1, v. 1, set. 2000.
33. Requerimento de Francisco Cordovil de Serqueira e Melo, provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, no qual se pede que se lhe estabeleça o emolumento de uma pataca de 320 réis por cada cavalo que passasse para as Minas Gerais, alegando o grande decréscimo dos seus emolumentos. Anais da Biblioteca Nacional – Inventário de documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, Rio de Janeiro, 1756-1757, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, v. 50, 1951, p. 22.
34. Francisco Cordovil de Serqueira e Melo, provedor da Fazenda Real, era filho de Bartolomeu de Siqueira Cordovil, "proprietário do ofício de provedor da Fazenda Real", na primeira metade do século XVIII. Ao que parece o filho herdou o cargo do pai. Cf. Carlos Rheingantz, *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira, 1965. Agradeço a Daniela Barreto o auxílio na identificação deste sujeito.
35. Arquivo Nacional. Códice 952, v. 38, p. 413.
36. Registro do decreto a respeito de se extinguirem as mulas e machos destes continentes e mais estados do Brasil por carta ao senhor governador desta praça e por ele mandado registrar. AHRs. F1242, 166v-167.
37. Registro de um decreto de Sua Majestade (Promoção da criação de bestas mueres). 22 de dezembro de 1764. *El-Rey*. AHRs. F1243, 6.
38. Mafalda Zemella, *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, São Paulo, Hucitec–Edusp, 1990, p. 93. Também em Sérgio Buarque de Holanda, *A Colônia de Sacramento e a expansão no extremo-sul*, História geral da civilização brasileira, A época colonial, São Paulo, Difel, 1994, p. 361-362.
39. Jack P. Greene, *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*, Charlottesville and London, The University Press of Virginia, 1994.
40. Arquivo Nacional. Códice 104, v. 6, p. 138v.
41. No Rio Grande de São Pedro, à margem do rio Jacuí.
42. Registro de um requerimento feito pelo sargento-mor de Ordenanças José da Silveira para poder situar nos campos em frente à freguesia Nova seiscentos animais que mandou vir de fora deste continente. 1767 (10 de julho). AHRs. F1243, 73-73v.
43. Registro de uma carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor conde da Cunha, vice-rei, em resposta ao governador José Custódio de Sá e Faria a respeito das mulas de Espanha que passam para os de Sua Majestade fidelíssima. 5 de julho de 1767. AHRs. F1243, 71v-72.
44. Registro de uma petição que fez Manuel Munhoz ao senhor governador José Custódio de Sá e Faria a respeito dos burros e hechores. 1768. *Manuel Munhoz*. AHRs. F1243, 153-153v.
45. *idem*.
46. Registro de um requerimento de Eugenio Barragan, de nação espanhola, a respeito de se estabelecer neste continente. 20 de dezembro de 1768. *Eugenio Barragan*. AHRs. F1243, 163.
47. Inventário de Francisco Pinto Bandeira. Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre. APERGS.
48. Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, n. 23, 1930, p. 317.
49. *idem*.
50. *ibidem*, p. 322.
51. *ibidem*, p. 322-323.
52. Archivo General de la Nación. Argentina. Legajo criminal, legajo 7, expte. 5.
53. Arquivo Nacional. Códice 104, v. 6, p. 122-127.

54. *ibidem*, v. 2, p. 164-170.
55. Registro de portaria do sr. brigadeiro de uma relação que acompanha a mesma portaria. *Rafael Pinto Bandeira*. AHRS. F1245, 12v-13.
56. Arquivo Nacional. Códice 104, v. 6, p. 122-127.
57. Registro de um edital do provedor da Fazenda Real a respeito dos manifestos das crias de bestas muars e produções das ditas como abaixo se declara. 1788. AHRS. F1245, 170.
58. Inácio Osório Vieira veio de Portugal para a América ainda jovem, na companhia da “mãe viúva e três irmãs donzelas, e a outro irmão”. Em 1752 recebeu um posto de escrivão da Fazenda Real, de Gomes Freire de Andrade, obtendo em 1765 o posto de provedor da Fazenda. AHU – RJ – cx. 67, doc. 15.784. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, v. 11, Porto Alegre, AHRS, 1995, p. 165. A participação de Osório Vieira no mercado deve ser mais bem estudada, na medida em que pode nos informar melhor sobre alguns aspectos deste negócio.
59. Registro de um edital do provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira para os fazendeiros de cima da serra darem manifesto de suas crias de besta e produções como se declara. 1772. AHRS. F1244, 56-56v.
60. Arquivo Nacional. Códice 952, v. 44, p. 253-254.
61. Registro de uma portaria do sr. coronel governador José Marcelino de Figueiredo para se repartirem os animais muars e cavallares que se supresaram (sic) aos espanhóis, depois de quintados. 1774. AHRS. F1244, 118v-119.
62. Ofício do (governador da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul), Paulo José da Silva Gama, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), visconde de Anadia, (João Rodrigues de Sá e Melo), sobre a suspensão da execução da provisão da Junta Real do Comércio que outorgava ao tenente Antônio Manuel de Jesus e Andrade a faculdade de introduzir dos domínios de Espanha vinte mil mulas, devido às conseqüências ruins para os fazendeiros e criadores de gado. 1805. AHU – RS, cx. 14, doc. 13 e 25; cx. 15, doc. 28.
63. Ofício do (governador da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul), Paulo José da Silva Gama, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), visconde de Anadia, (João Rodrigues de Sá e Melo), sobre a recepção da carta régia que anula a provisão que permitia ao tenente de cavalaria de milícias Antônio Manuel de Jesus e Andrade importar dos domínios espanhóis vinte mil bestas muars. 2 de março de 1806. AHU – RS, cx. 16, doc. 19.
64. *idem*.

A B S T R A C T

This article studies the commerce of cattle in colonial River Plate, focusing with special attention the entrance of animals in the Portuguese domains.